

## Sobre os Espelhos<sup>1</sup>

### 1. *A imagem refletida é um signo?*

Os espelhos são fenómeno semiósico? Ou: as imagens refletidas pela superfície dos espelhos são signos? Podia acontecer que estas perguntas não fizessem sentido — no sentido de que o bom senso imporia que se respondesse que os espelhos são espelhos. De qualquer forma, não será inútil levantar a questão: podia fazer pouco sentido descobrir que as imagens especulares também são signos, mas já podia fazer mais sentido descobrir que e porque *não* o são. Mesmo admitindo que já saibamos tudo sobre os espelhos, excluí-los da família dos signos poderia levar-nos a definir melhor um signo (ao menos pelo que ele não é).

Naturalmente interessaria, primeiro, estabelecer o que se entende tanto por «signo» como por «espelho». Mas logo se levanta a questão de saber se as duas definições não estarão de algum modo ligadas, e circularmente: de forma que não se saberia se partir dos espelhos para definir os signos, ou dos signos para definir os espelhos. O que é que nos garante que, partindo de uma definição de signo, ela não esteja já construída de modo a excluir os espelhos? Pareceria mais fácil partir dos espelhos (considerando que a ótica fala já deles, hoje em dia, de modo objetivamente incontrovertível): mas até mesmo definir o que é um espelho, excluindo o que o não é, pode depender de certos pressu-

1 O leitor encontrará neste ensaio, e no resto do livro, a oposição entre *semiose* e *semiótica*. A semiose é o fenómeno, típico dos seres humanos (e segundo alguns também dos anjos e dos animais), pelo qual — como diz Peirce — entram em jogo um signo, o seu objeto (ou conteúdo) e a sua interpretação. A semiótica é a reflexão teórica sobre o que seja a semiose. Assim, o semiótico é aquele que não sabe nunca o que seja a semiose, mas está disposto a apostar a vida em como ela existe.

postos prévios, por mais inconfessados que sejam, sobre a natureza dos fenômenos semióticos enquanto fenômenos diversos dos especulares.

Para estabelecer uma prioridade não existem bons argumentos filogenéticos. Que o homem seja um animal semiótico parece coisa assente, mas dizê-lo não exclui que ele o seja justamente devido a uma ancestral experiência especular. É verdade que o mito de Narciso parece pôr em cena um animal já falante, mas até que ponto nos podemos fiar nos mitos? Do ponto de vista filogenético, a questão é semelhante à do ovo e da galinha, ou à das origens da linguagem. Na ausência de registros precisos sobre o «*momento auroral*» da espécie, o melhor será não ir mais longe. Também do ponto de vista ontogenético as garantias são escassas. Por um lado, não temos a certeza se é a semiose que funda a percepção ou a percepção que funda a semiose (e portanto se é a semiose que funda o pensamento ou vice-versa). As reflexões de Lacan sobre o estágio do espelho sugerem-nos que percepção (ou pelo menos percepção do próprio corpo como de uma unidade não fragmentada) e experiência especular se processam a par e passo. E eis que percepção, pensamento, consciência da própria subjetividade, experiência especular, semiose, surgem como momentos de um nó bastante inextricável, como pontos de uma circunferência a que parece difícil atribuir um ponto inicial.

## 2. O imaginário e o simbólico

As páginas de Lacan sobre o estágio do espelho parecem resolver à partida o nosso problema. O espelho é um fenômeno-limiar, que marca os limites entre imaginário e simbólico. Entre os seis e os oito meses a criança confronta-se com a própria imagem refletida no espelho. Numa primeira fase confunde a imagem com a realidade, numa segunda fase apercebe-se de que se trata de uma imagem, numa terceira compreende que é a sua imagem. Neste «assumir jubilatório» da imagem, a criança reconstrói os fragmentos ainda não unificados do próprio corpo, mas o corpo é reconstruído como algo de externo e — diz-se — em termos de simetria invertida (conceito a que havemos de voltar).

A experiência especular emerge ainda do imaginário, tal como do imaginário emerge a experiência do ramo de flores produzido como imagem ilusória pelo espelho esférico descrito em «Tópica do Imaginário»<sup>2</sup>. O domínio imaginário do próprio corpo que a experiência do

2 Jacques Lacan, *Il seminario* [O Seminário], I, Turim, Einaudi, 1978.

espelho permite é prematuro em relação ao domínio real: o «desenvolvimento verifica-se só na medida em que o sujeito se integra no sistema simbólico, nele se exercita, nele se afirma mediante o exercício de uma palavra verdadeira» (p. 107). Recorde-se, de passagem, que o que Lacan chama o simbólico é o semiósico, ainda que se trate de um semiósico identificado com a linguagem verbal. No assumir jubilatório da imagem especular, manifesta-se uma matriz simbólica em que o eu se precipita em forma primordial e é a linguagem o que deverá restituir-lhe a sua própria função de sujeito *no universal*<sup>3</sup>.

Como veremos, esta restituição «no universal» deveria ser própria de todo o processo semiósico, mesmo se não verbal. Momento em que se perfila a «passagem» do eu especular ao eu social, o espelho é «encruzilhada estrutural» ou, como dizíamos, fenómeno-limiar.

### 3. *Entrar pelo espelho*

No entanto, se é verdade que estas conclusões são válidas, elas apenas nos dizem o que é (ou melhor, para que serve) o espelho num momento particular, único e irrepetível, da ontogénese do sujeito. As reflexões sobre o estádio do espelho não excluem, de facto, que em estádios superiores do desenvolvimento da vida simbólica o espelho possa ser usado como fenómeno semiósico. Por isso nos convirá agora tentar um percurso diverso. Não a interrogação sobre um momento auroral ou primário (seja ele filo ou ontogenético) mas sobre o uso que os humanos adultos fazem dos espelhos — humanos adultos que já produzem signos, que já se assumem como sujeitos e, sobretudo, que já têm familiaridade com as imagens especulares. Encarando o problema neste estádio, poderemos valer-nos das experiências quotidianas próprias, no sentido de uma redução fenomenológica, sem termos de interrogar as (inverificáveis) dos nossos antepassados ou as (definidas conjeturalmente, com base em dados externos) dos nossos recém-nascidos. Só que o problema é, uma vez mais, se partir da experiência do espelho ou da do signo.

Se é de círculo que se trata, tanto fará entrar por este ponto ou por aquele. Decidimos entrar pelo espelho (como veremos, sem ficar *lá dentro*) dado que a ótica parece saber muito sobre os espelhos, ao passo que o que a semiótica sabe sobre os signos é duvidoso.

3 Jacques Lacan, *Scritti* [Escritos], Turim, Einaudi, 1974.

#### 4. *Fenomenologia do espelho: os espelhos não invertem*

Definimos inicialmente como espelho toda e qualquer superfície regular capaz de refletir a radiação luminosa incidente (excluem-se portanto «espelhos» para outros tipos de ondas, como os pontos rádio). Estas superfícies podem ser planas ou curvas. Entendemos por espelho plano uma superfície que fornece uma imagem virtual, direita, virada (ou simétrica), especular (de dimensões iguais às do objeto refletido), sem quaisquer aberrações cromáticas. Entendemos por espelho convexo uma superfície que fornece imagens virtuais, direitas, viradas e reduzidas. Entendemos por espelho côncavo uma superfície que: *a*) quando o objeto está entre o foco e o espectador, fornece imagens virtuais, direitas, viradas, aumentadas; *b*) quando o objeto varia de posição, do infinito para a coincidência com o ponto focal, fornece imagens reais, invertidas, aumentadas ou reduzidas conforme os casos, em diversos pontos do espaço, que podem ser observadas pelo olhar humano ou colhidas por um ecrã. Não se consideram aqui os espelhos parabólicos ou elipsoides, esféricos ou cilíndricos, por não serem de uso comum na nossa experiência quotidiana, e os seus resultados eventuais serão aliás contemplados nas rubricas genéricas de espelhos deformantes e de teatros catóptricos.

Desde logo, nestas definições, importaria averiguar o significado de termos como «virtual» e «real». A imagem real dos espelhos côncavos é, do ponto de vista do senso comum, irreal, e se se lhe chama «real» é não só porque o sujeito que a apreende a pode confundir com um objeto fisicamente consistente, mas também porque pode ser colhida por um ecrã, o que não sucede com as imagens virtuais. Quanto à imagem virtual, dá-se-lhe esse nome porque o espectador a apreende como se ela estivesse dentro do espelho, embora o espelho não tenha obviamente nenhum «dentro». Mais curiosa ainda é a definição segundo a qual a imagem especular seria «virada», ou simétrica, ou ainda — como normalmente se diz — de simetria invertida. Esta opinião (de que o espelho põe a direita no lugar da esquerda e vice-versa) está tão arreigada que até já se chegou a sugerir que os espelhos tenham o curioso dom de trocar a direita pela esquerda mas não o alto pelo baixo. A catóptrica não permitiria com certeza chegar a esta conclusão: se, em vez de estarmos habituados a espelhos verticais, praticássemos frequentemente espelhos colocados horizontalmente sobre o teto, como usam os libertinos, convencer-nos-íamos de que os espelhos trocam também o alto pelo baixo, mostrando-nos um mundo de pernas para o ar.

Mas a questão é que nem sequer os espelhos verticais viram ou invertem. O espelho reflete a direita exatamente onde está a direita e a esquerda onde está a esquerda. É o observador (ingénuo, mesmo quando faz de físico) que por identificação imagina que é o homem dentro do espelho e, vendo-se, se dá conta de que traz, por exemplo, o relógio no pulso direito. Mas o facto é que só o traria se ele, o observador, fosse aquele que está dentro do espelho (*Je est un autre!*). Quem, no entanto, evitar comportar-se como a Alice e não penetrar dentro do espelho, não cairá nesta ilusão. A prova é que todos conseguimos, de manhã, na casa de banho, usar eximamente o espelho sem nos comportarmos como espásmicos. Já nos comportamos como espásmicos quando, querendo cortar as patilhas, usamos espelhos laterais contrapostos, e ficamos com imagens que (reflexões de reflexões) têm a direita onde sentimos ter a direita e vice-versa. Sinal de que o nosso cérebro se habituou a usar os espelhos e de que eles refletem fielmente o que têm à frente, tal como se habituou a inverter a imagem retínica que, essa sim, é mesmo invertida. Só que teve milhões de anos (e muitos compreendidos antes da aparição do *Homo sapiens*) para se habituar a inverter a imagem retínica, e de tal modo que a reflexão crítica durante milénios nem sequer suspeitou deste fenómeno, mas dispôs de apenas poucos milhares deles para se habituar à imagem especular. Portanto, no plano percetivo ou motório interpreta-a corretamente, mas no plano da reflexão conceptual não consegue ainda separar por completo o fenómeno físico das ilusões a que ele induz, numa espécie de desfasamento entre percepção e juízo. Assim, usamos a imagem especular de forma correta mas falamos dela ainda de forma incorreta, como se fosse ela a fazer aquilo que de facto somos nós a fazê-la fazer (ou seja, virar-se). Se reduzirmos o fenómeno especular a um puro esquema abstrato, dar-nos-emos conta de que não se dão fenómenos tipo câmara escura (Fig. 1) mas sim fenómenos em que nenhum raio se cruza (Fig. 2). Só se antropomorfizarmos o que no esquema corresponde ao objeto real é que este objeto adquire consciência de uma direita e de uma esquerda

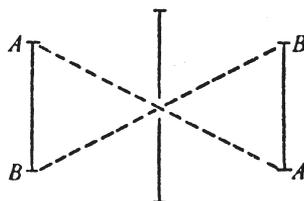


Figura 1